

PLANEJAMENTO COLETIVO, ESPAÇO DE FORMAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Kalinka Ribeiro Aragão de Melo

Nosso estudo objetivou analisar como o planejamento coletivo pode se configurar como espaço de formação, de acordo com a percepção dos professores, considerando os limites e possibilidades para efetivação. Para tanto, elegemos um percurso que evidenciasse o contexto e suas determinações, as concepções e percepções, acerca do planejamento coletivo como espaço de formação, objeto de estudo desta pesquisa. Nossa análise foi orientada a partir de um aporte teórico sobre planejamento, formação e planejamento coletivo, nas narrativas de professores, observando a compreensão dos mesmos sobre planejamento, no contexto escolar e formação, suas impressões sobre os limites e as possibilidades acerca de sua efetivação. Uma observação preliminar dessa realidade nos levou a questionar se o planejamento coletivo é compreendido pelos professores como espaço de formação docente? Lançamos mão, neste estudo, de uma pesquisa qualitativa, participante, de caráter exploratório, amparada em uma abordagem epistemológica crítica. Valendo-nos, ainda, de uma pesquisa bibliográfica, documental e das narrativas dos professores. As técnicas de pesquisa utilizadas foram: análise de documentos, entrevistas semiestruturadas, por meio de gravação direta, e análise de conteúdo. Os sujeitos da pesquisa são seis professores, de uma escola da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

Nossa discussão passa pela proposta do Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano, pelo fato de o planejamento coletivo se apresentar como elemento constitutivo do ciclo. Não havia esse tipo de planejamento, antes do ciclo, nessa rede ensino e, por outro lado, a proposta não se consolidava sem o mesmo. Sendo assim, ao analisarmos a fala de alguns professores, observamos a relevância dada ao planejamento coletivo, dentro do ciclo, quando dizem: “O planejamento é fundamental, se não tiver um momento de sentar e pensar a melhor forma de você trabalhar e ver as possibilidades de intervenção, dentro da concepção do ciclo é impossível; ou ainda, o planejamento aqui “se apresenta como pressuposto”, “ele propõe uma coisa essencial para Educação Básica, a coisa da formação”. Assim, corroborando a fala dos professores, entendemos que quando a proposta

apresentada pela SME propõe viabilizar o desenvolvimento de refletir sobre as diferentes questões que se apresentam coletivamente Goiânia (2016), o planejamento coletivo, com seu caráter formativo, se afirmar como um articulador entre o que a proposta propõe e as contradições expressas coletivamente.

Posto o lugar do planejamento coletivo, dentro da proposta do ciclo, a partir da análise das narrativas/percepções dos professores, coube trazer o entendimento desses participantes sobre o planejamento. Ao empreendermos entender o significado do planejamento, e especialmente do planejamento coletivo, a partir da percepção dos professores, buscamos evidenciar o sentido que os professores dão a esse momento de discussão, certos que isso pode, de alguma forma, imprimir uma identidade a esse planejamento. Notamos que, apesar de em alguns momentos da fala dos professores, percebermos uma certa ligação ou confusão conceitual entre planejar e planejamento, mas, de uma forma geral, a maioria associou planejamento ao “coletivo”, a algo “mais global”, alguns apontaram seu caráter “global”, ou “o que dá lógica”. A ideia de grupo, de coletivo, de ações e de estudo aparece marcadamente. Observamos que, com base nessas ideias iniciais, eles constroem narrativas que corroboram a configuração do planejamento como um espaço de reflexão coletiva, de reflexão das nossas ações. Acrescentamos, aqui, a compreensão do planejamento como um elemento da organização do trabalho pedagógico, que dá sustentação ao planejar, pois é o que orienta como o planejar, o executar, o avaliar vai se estruturar. Está ligado, como colocou um professor, “à vontade que move”.

Nessa perspectiva, elegemos o planejamento dialógico, conforme ressalta Padilha (2006), como caracterização e caminho possível, que abarca a concepção de planejamento que defendemos, qual seja, aquele que aponta para o diálogo coletivo e interativo, com relação a todas as questões que envolvem a escola. Dessa forma, resgata a dimensão histórica da experiência das pessoas e do planejamento que já está posto e propõe sua reconstrução que se apresenta como resistência ao modelo de planejamento autoritário, descendente e burocrático. Sendo assim, não podemos desprezar a fala dos professores quanto à concepção de planejamento, que o vincula à ideia de grupo, de coletivo, de planejar, de trabalho coletivo, o qual, segundo um professor, se apresenta “como aquilo que a gente, que a escola faz junto [...], como aquilo que faz com que a gente, atualize, cotidianamente, aquilo que a gente é, que é um ser social”, porém vale ressaltar que esses elementos são

constitutivos de um planejamento coletivo. Pontuamos que não é o trabalho coletivo ou trabalho em grupo que determina o planejamento coletivo, e sim o planejamento coletivo que dará ao trabalho coletivo um caráter emancipatório, um trabalho pensado e conduzido para a reflexão, para o estudo, para a transformação, dialógico, carregado de uma intencionalidade e de resistência ao modelo tradicional. Assim, o planejamento coletivo, dentro do contexto escolar, dentro da proposta do Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano se apresenta como práxis pedagógica, dada sua intencionalidade na apropriação consciente da realidade na perspectiva de transformá-la. De acordo com Vasquez (1977, p. 117), “a relação entre teoria e práxis é na verdade teórica e prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda atividade do homem; teórica, na medida que essa relação é consciente.”

Quando trouxemos a discussão sobre formação para a nossa pesquisa, o fazemos, primeiramente, porque não concebemos a atividade docente desvinculada da formação; e em segundo lugar, porque quando pensamos o planejamento coletivo, não o separamos de sua natureza formativa, que se configura como uma instância coletiva, de discussão de debate, de troca de experiências, de estudo substanciado pelas teorias. Nesse sentido, ao analisarmos as falas dos professores, no que se refere ao planejamento coletivo como espaço de formação, foi possível apreender que suas percepções são muito claras quanto ao caráter formativo desse planejamento, bem como da importância desse espaço para o estudo, para a discussão de texto, para a troca de ideias. Observamos, assim, em algumas falas, elementos que reforçam essa percepção, como “necessária formação continuada”, “instância permanente”, ou ainda, “momento para o estudo”, “estudo de teóricos fundamentais”, em uma das falas a professora afirma que “o planejamento coletivo possibilita esse estudo”.

Certos de que o planejamento coletivo se apresenta, na perspectiva do ciclo e da organização do trabalho pedagógico da escola pesquisada, como espaço de formação, assumimos, como proposição a esse espaço de formação, as contribuições de Nóvoa (1992), que indica a possibilidade do deslocamento da formação docente, dos espaços exclusivamente acadêmicos para, também, o espaço da escola. Quando apontamos a escola como espaço de formação, o fazemos ainda amparados nas contribuições de Nóvoa (2019), que pontua que o contributo de formação que vem de fora da escola não deve ser desprezado, pelo

contrário, e que a parceria entre a escola, os saberes por ela produzidos, as universidades, os grupos de pesquisas, que articulados possam contribuir para que o ciclo de formação na escola se estruture como elemento importante para que o desenvolvimento do ciclo profissional se complete.

As discussões em torno da consolidação do planejamento coletivo como espaço de formação evidenciaram alguns entraves para sua efetivação ao longo do processo de implementação da proposta do Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano. Assim, compreendemos que os limites impostos para essa feita passam pela questão do tempo, pelo desconhecimento da proposta e sua consequente banalização, e pela influência das gestões, que ao objetivarem imprimir sua marca, rompem com as políticas de estado, reforçando a característica de descontinuidade das políticas educacionais, expressas no processo de implementação do ciclo, na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. As narrativas dos professores confirmam essas evidências. No que se refere ao tempo e ao planejamento, “temos pouco tempo para discutir as demandas”, “o planejamento semanal era um espaço dentro da nossa rotina, era um momento rico, havia tempo”. Ainda sobre a questão do tempo, “no planejamento mensal não temos um tempo de estudo”. Outro elemento importante, pontuado pelos professores, como limite, está relacionado ao sentido dado por alguns professores da rede ao momento do planejamento e à manutenção do planejamento semanal: “acho que o grande limite é a banalização, não é tempo livre, é tempo de efetivo trabalho pedagógico”, e ainda: “nesse momento que era tão importante, não deram tal importância”.

No que se refere à influência da gestão, as falas foram enfáticas em pontuar a diferença, em termos de importância, dada ao planejamento coletivo pela gestão de Pedro Wilson (PT) e pela gestão de Iris Rezende (PMDB). As falas assinalam que “a gestão do PT foi a que mais investiu na proposta e a do PMDB, talvez a que mais destruiu”; o professor 80 ainda enfatiza que a gestão do PT foi a que mais se aprofundou na proposta e do outro lado a do PMDB contribuiu para fazer a curva conservadora. Outro professor afirma: “na gestão do PMDB, a primeira coisa que a secretária de educação fez foi implementar boletins e notas [...] não havia uma preocupação com a gestão democrática, onde os professores fossem autores”. Outra fala reforça esse apontamento: “na gestão do PT, tivemos uma secretária que era educadora, ela tinha uma postura de defesa do planejamento coletivo.”

Apesar de entender que as percepções dos professores acerca dos limites para efetivação do planejamento coletivo não podem ser desprezadas nesta análise, até porque as mesmas pontuam elementos que, de fato, são obstáculos em sua efetivação, preconizamos que o grande limitador se expressa na postura da gestão quanto à efetivação da proposta e da manutenção do planejamento coletivo semanal como espaço de formação. Em que pese a questão do tempo, ou banalização desse momento, tais elementos não devem ser usados como justificativa, como foi feito, para desqualificar a proposta e muito menos o espaço do planejamento coletivo. Pelo contrário, a gestão deve assumir, por princípio, o papel de articuladora, a esfera que viabiliza sua efetivação, considerando as contradições, os limites, não os negando, mas buscando sua superação com os recursos que a própria proposta oferece, como, por exemplo, a formação continuada e o apoio pedagógico coordenado. Desse modo, a gestão que abre mão de sair em defesa desse espaço, do planejamento coletivo como espaço de formação, com tempo e apoio pedagógico sistematizados, se impõe como um limite.

Por outro lado, e como resposta à questão central desta pesquisa, entendemos que o planejamento coletivo, dentro da proposta do Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano, pode se configurar como espaço de formação. Levando em consideração todas as discussões apresentadas nesta pesquisa, no que se refere ao planejamento, ao planejamento coletivo, à formação e aos aspectos dessa formação na escola, e até mesmo aos limites a sua efetivação, entendemos que essas discussões referendam a possibilidade de um planejamento coletivo dentro do espaço da escola, de natureza formativa, pensado e sistematizado para tal ensejo, como o apresentado na escola pesquisada. Essa proposição fica clara na fala dos professores, quando reforçam: “eu acho que, sem dúvida, é um espaço de formação, o planejamento coletivo é aquela instância permanente”; ou “ele é o que a gente chama de necessária formação continuada pro docente”; e ainda: “é o momento que a gente tem para estudo de teóricos de textos fundamentais, é o momento que a gente tem pra ler de forma coletiva [...] , não podemos perder isso que temos experimentado dentro da nossa instituição.”

Um professor ainda pondera: “sim, tem limites para efetivação, mas acho que tem possibilidades. Dependendo da organização da escola, dependendo do coletivo, dependendo das pessoas, dependendo de quem dirige, da coordenação pedagógica, dos docentes e da vontade, a escola consegue realizar um

planejamento coletivo como espaço de formação. [...] a escola que diz assim: é um espaço de formação, ela consegue fazer. Como na escola que eu trabalho. Nós temos feito boas propostas e conseguido viabilizar processos formativos interessantes.”

O presente trabalho apresentou as tensões, as contradições, os limites para consolidação de um espaço formativo na organização da escola. Por outro lado, revelou a partir da discussão teórica e da percepção dos professores, da escola pesquisada, a possibilidade de configuração desse espaço, sistematizado através do planejamento coletivo, dentro da proposta do Ciclo de Formação e Desenvolvimento Humano, como espaço de formação.

REFERÊNCIAS

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. Os professores e a sua Formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**. Lisboa, v. 44, n. 3, p. 1-9, set., 2019.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 6 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006.

_____. S.M.E. Proposta Político Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência. Aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Goiânia (Resolução nº 128, de 21 de dezembro de 2016).

VÁSQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.